

CONGRESSO SIMPA 2019
CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE

ASPECTOS DA CONJUNTURA INTERNACIONAL

A atual crise econômica mundial encurtou o espaço de acumulação de capital da grande burguesia financeira internacional.

Agora estamos vivendo o desdobramento da etapa neoliberal iniciada por Margaret Thatcher, primeira-ministra britânica entre 1979 e 1990, de corte dos gastos públicos, aposta na auto-regulamentação do mercado e privatização do setor público. Também a ampliação do desemprego, achatamento dos salários, enfraquecimento ou aniquilamento dos sindicatos de trabalhadores.

Os princípios da economia de mercado pressupõem o trabalho humano como valor, a exploração da força de trabalho e a apropriação privada dos resultados da produção. A automação movida à inteligência artificial derruba os custos da produção, expulsa do mercado um grande contingente de produtores/consumidores e torna vítimas da superexploração mesmo contingentes das classes médias. A esse paradoxo - de mais produção, menos empregos e menos consumidores - o grande capital financeiro tenta responder com um espasmo, o ultraliberalismo, cuja meta é a eliminação da presença do Estado e da prestação de serviços públicos por pessoal concursado de quadro permanente.

As ideias ultraliberais e conservadoras encontraram nas redes sociais virtuais um espaço de difusão e ruptura para uma intensa doutrinação ideológica. As possibilidades de encontrar vieses de confirmação para as formas de paranoia do senso comum encontraram, especialmente no WhatsApp, uma dinamicidade e pragmatismo em escala jamais alcançada pelos meios de comunicação tradicionais. Desse modo, a versão militante do fenômeno das redes sociais se beneficia da sinergia e da velocidade com que ondas de opinião se articulam em renovadas práticas de propaganda, agitação e proposição de ação política.

É num contexto assim que o governo estadunidense dá os primeiros passos para a adoção do ultraliberalismo em substituição às remanescentes políticas do estado de bem-estar social adotado ao fim da segunda guerra mundial como anteparo à expansão soviética, já ferido de morte pelo neoliberalismo de Thatcher e anacrônico após a “queda do muro”. Socializa as dívidas dos bancos falidos na crise de 2008, promove a derrubada dos preços mundiais do comércio de produtos, em especial do petróleo, num movimento em escala mundial.

Passo seguinte, inicia a transferência em escala dos prejuízos de rentistas (e grandes empresas) às contas públicas dos estados nacionais, promove a precarização para privatização dos serviços estatais de energia, água, ferrovias, portos e aeroportos.

As reivindicações do setor conservador e ultraliberal convergem para uma visão de mundo em que a busca do bem comum é propagandeada como o próprio mal em si mesmo. Palavra de ordem central dessa nova direita afirma que “imposto é roubo”.

Na prática, o ultraliberal pretende a isenção de impostos de empresas e bancos e a transferência do ônus de financiamento dos serviços aos consumidores e trabalhadores e assalariados, contra quem conspiram para aniquilar direitos trabalhistas e sociais.

Esse primado da economia sobre a ética nos devolve ao passado da civilização em que a humanidade é reduzida ao embate entre bem e mal (para alguns: entre o céu e o inferno). Assim, evitam ser confrontados com as contradições do modo de produção capitalista que desconsidera as necessidades da maioria dos seres humanos. A expressão máxima do capitalismo ultraliberal é a exploração das necessidades de subsistência dos de baixo, explorados pela plutocracia rentista (um governo dos poucos muito ricos e acionistas e especuladores interessados em lucros e dividendo sem vínculos com processos produtivos ou

projetos nacionais). Para seus fins, promovem a ignorância propagando narrativas fundamentalistas que negam o aquecimento global, defendem a Idade Média como o paraíso perdido da humanidade, a ciência como parte de uma grande conspiração devotada a esconder a verdade de que a terra seria plana e a gravidade uma ficção. Um campo assim mostra-se fértil à ressurgência do fascismo como fenômeno de massas e de conjunturas nacionais aproximadas à barbárie, propícias a fenômenos profascistas do tipo Trump, Bolsonaro e Marchezan.

ASPECTOS DA CONJUNTURA NACIONAL

A disposição ou não de infraestrutura de abastecimento de água e alimentos, de transportes, energia elétrica e combustíveis, de saneamento, serviços de educação, saúde, assistência aos desvalidos e crédito num país das dimensões do Brasil pautaram os estágios de desenvolvimento nacional ao longo do século XX. O Brasil se desenvolveu tão rapidamente quanto, na mesma medida, ampliou a desigualdade na distribuição das riquezas.

O confronto da modernização urbano industrial com as relações econômicas e sociais mantidas pela oligarquia agrária dominante desde o Brasil Colônia já se explicita nos primeiros anos da República. Ainda na segunda década do século XX, se apresenta nos centros urbanos novo sujeito histórico propondo novas pautas ao projeto de modernização para superação das desigualdades impostas pelas relações sociais arcaicas ainda enraizadas no sistema escravista de produção.

O movimento operário ainda incipiente e disperso nos primeiros momentos da industrialização do Brasil ao final do século XIX, se fortalece com a expansão acelerada provocada pela I Guerra Mundial 1914-1919 a ponto de confrontar a feroz exploração do trabalho imposta por extenuantes e prolongadas jornadas (inclusive de crianças) nas linhas de produção e a escassez de alimentos provocada pela política de exportação de gêneros sonegados à maioria no povo para abastecer as grandes potências envolvidas no conflito.

A Greve Geral de 1917 realiza a paralisação geral da indústria e do comércio do Brasil, em julho de 1917. Foi, e é até hoje, uma das mais abrangentes e longas da história do Brasil.

O movimento operário organizado em sindicatos e federações lutou para defender salários e condições de trabalho, o fim do trabalho infantil, a garantia de previdência e assistência e teve significativo impacto na sociedade brasileira.

A I Guerra Mundial também põe na ordem do dia a questão da defesa nacional. Governo e setores da sociedade adotaram medidas concretas de modernização como o recrutamento universal e melhoria de formação de oficiais. O conservadorismo das relações sociais da República Velha foi confrontado também nas casernas pela Revolta da Chibata, pelo Tenentismo, e transborda para contestações e revoltas de alcance social – contestação da falta de democracia, das fraudes eleitorais, da concentração de poder político nas mãos da elite agrária, da exploração das camadas mais pobres pelos coronéis (líderes políticos locais). A mais expressiva delas foi o movimento político-militar liderado pelo capitão Luís Carlos Prestes, contrário ao governo e às elites agrárias. Invicta, a Coluna Prestes percorreu o território brasileiro em rebelião que durou de 1925 a 1927, pregando ao povo principalmente do interior, o voto secreto, o ensino fundamental obrigatório e o fim da miséria e da injustiça social no Brasil.

A derrubada da República Velha pela Revolução de 30 se encontra com essa pauta social, política e econômica dos de baixo, entre outras da nascente elite industrial aliada à fração não hegemônica nem desimportante da elite agrária latifundiária.

Getúlio Vargas impõe a Ditadura do Estado Novo em 1937 para enfrentar a tensão burguês-latifundiária e tentar conter o avanço das demandas populares. É quando foi instituída a Consolidação das Leis do Trabalho, (CLT) e organizado o sistema previdenciário como resposta conservadora aos avanços libertários do sindicalismo urbano.

Sem realizar a reforma agrária nem superar as relações econômicas e sociais arcaicas no campo (até a década de 1970 a população rural ainda será maior que a urbana), desde a

redemocratização, em 1945, até o final do século XX, o Brasil viverá a tensão permanente da disputa de projeto de país e de futuro. Os ecos do escravismo e da segregação econômica permaneceram como um tipo de ácido que dissolve nossos princípios republicanos e mais ainda a intermitente e incipiente democracia.

O desenvolvimento econômico induzido pelo Estado via agências de fomento (inclusive com largo uso dos fundos previdenciários) evidenciou a disputa de rumos estratégicos entre estado democrático de direito e ditadura, estado soberano ou alinhado subalterno a potências internacionais.

A demanda constante e crescente por educação básica, pela instituição de um sistema público de atenção à saúde, pelo planejamento público das políticas agrárias e industriais, tudo isso e muito mais para que a produção do bem comum seja possível, exigia incorporação de recursos humanos ao aparelho de Estado, que vai continuar patrimonialista, como sedimentado no período do Império, tomado por interesses privados, e exatamente por isso, robusto e burocraticamente pesado.

Em síntese, o que responde ao poder moderno de **fazer viver**, onde o papel do Estado indutor do desenvolvimento aparece destacado, faz surgir, permite crescer e exige a permanência de servidores públicos vinculados por relações republicanas (muitas vezes, nem tanto) aos interesses do povo (no mínimo aos contribuintes de impostos).

Esse mesmo poder, entretanto, tem sua outra face: o **deixar morrer**. Assim é quando Estados de bem-estar social dão lugar, em momentos diversos, a políticas ultraliberais de destituição de direitos e garantias, da busca subalterna do ajuste fiscal em nome dos interesses do capital financeiro. Nas democracias, os ciclos econômicos de crescimento e recessão ditam a alternância dos ventos no oceano da política. Desse modo é que - por mais lucro ou por distribuição de renda - programas neoliberais e políticas de promoção do bem-estar social se alternam pautados pelo interesse social ou puramente econômico.

Vemos que esse mecanismo, longe de ser de vida ou morte entre esquerda e direita, de modo mais preciso, se alimenta das forças inerentes a esses dois modelos de organização das forças produtivas: a ideia de um poder soberano fundado na exceção da norma jurídica e tributária, fenômeno que legou à economia o papel que coube à teologia.

O caso do rompimento da Barragem de Brumadinho escancara essa transformação no pacto das classes: os trabalhadores braçais, a médica, os engenheiros, os técnicos (todos no refeitório da Vale) e a população ribeirinha no caminho dos dejetos estão mortos soterrados, feridos, desaparecidos ou desabrigados. Alguns engenheiros foram presos e o CEO da empresa sobrevoou a zona do crime, uma tragédia anunciada e evitável, ao lado do presidente Bolsonaro.

Os efeitos da atual crise econômica mundial iniciada em 2008 foram represados no Brasil por quase uma década. No entanto, a não realização aqui de reformas estratégicas que mudassem ainda que parcialmente o sistema político-estatal propiciou a ressurgência de valores conservadores e não democráticos latentes na sociedade brasileira.

A elite política de direita afastada do governo por quase duas décadas e a perspectiva de mais quatro mandatos presidenciais confirmando a exclusão (Lula aparecia imbatível em dezembro de 2014), criaram um contexto político que permitiu a emergência de uma nova direita que se mostrou capaz de articular os vários sujeitos conservadores e reacionários em uma cruzada retrógrada e profascista de alto conteúdo ideológico.

O movimento político conservador se acelerou e se impôs por ações políticas, econômicas e de intensa propaganda travestidas de interesse público pela superexposição cotidiana do tema da corrupção. Já nos primeiros sinais, ficou evidente que a direita não mais estava contida no pacto democrático de 1988 e se havia esgotado a política de alianças ao centro que se mantivera tensionada de 2002 a 2014.

Em seguida à quarta derrota sucessiva da direita no segundo turno das eleições de 2014, ocorre pronta reação dos remanescentes conservadores (e ainda hegemônicos) no sistema militar ao relatório da Comissão da Verdade que projetava dar continuidade à investigação e punição dos responsáveis por tortura, desaparecimentos e assassinatos de presos no regime militar (1964 a 1985). A elite conservadora optou pelo programa ultraliberal rentista e pela

tomada política do governo construída no impeachment de Dilma, articulado com a **prisão e condenação inconstitucional, ilegal e injusta do Lula**, um cenário essencial para a vitória nas eleições de 2018.

A candidatura Bolsonaro é lançada ainda em dezembro de 2014 por essa extrema direita, mas chega a 2018 consolidada como expressão de um bloco de forças composto pelo capital financeiro internacional e local, pela burguesia urbana e rural do país, pela fração antidemocrática da pequena burguesia, a alta tecnocracia estatal (quadros dirigentes das carreiras de Estado jurídicas, policiais e militares) e pela cúpula das principais igrejas evangélicas neopentecostais. A fração de classe hegemônica desse bloco dominante é o capital financeiro nacional subalterno ao rentismo ultraliberal internacional. A essa fração hegemônica associaram-se o oligopólio privado da mídia e segmentos hegemônicos militares associados à subordinação da soberania nacional aos Estados Unidos da América do Norte.

Os desdobramentos dessa resultante estão a se processar aceleradamente com as privatizações de aeroportos, portos e entrega da Base de Alcântara e das posições de exploração de petróleo, das posições internacionais do comércio de exportação mesmo dos agronegócios de soja e carnes.

A vitória de Bolsonaro se dá no pós-impeachment de Dilma em campanha fraudada por factoides e fakenews com a maior soma de abstenções, nulos e brancos desde a primeira eleição pós-ditadura, em 1989 – 30,87%, ou seja, quase 1/3 do eleitorado.

Os partidos tradicionais da centro-direita, PSDB e MDB, perderam mais deputados que todos os demais partidos.

Pela primeira vez desde a proclamação da República, a (nova) extrema-direita vence a direita liberal clássica pelo voto na disputa do governo federal. Os construtores do golpe do impeachment foram os principais derrotados da eleição, enquanto o bloco que pode vir a dar sustentação a Bolsonaro, ainda que majoritário, está fragmentado em mais de 20 bancadas sem programa único e sem liderança comum, com perfil pragmático e clientelista.

A consequência é a negação do pacto da Constituição de 1988, cujo símbolo maior é a manutenção da prisão de Lula condenado saem provas e encarcerado antes da sentença transitada em julgado.

O resultado objetivo do golpe político é o aprofundamento da revogação dos direitos trabalhistas iniciado pela aliança golpista, continuado no confisco da renda pública expresso no congelamento por 20 anos dos investimentos em Saúde, Educação e Assistência Social, desdobrado na tentativa de imposição da reforma da previdência cujo paradigma é o realizado no Chile, em que o sistema implementado ainda sob a ditadura de Pinochet, no início dos anos 1980, consistiu na transferência da poupança previdenciária para instituições privadas administradoras de fundos de pensão – a maioria ligadas a grandes bancos, com contribuição apenas dos assalariados, sem participação destes na gestão. Uma opção pela poupança individual em substituição ao sistema solidário em prática no Brasil.

O modelo de previdência sustentado apenas na poupança privada resultou em que, hoje, 89% dos aposentados chilenos têm rendimento abaixo do salário mínimo, equivalente a US\$ 420.

Estudos da Associação Nacional dos Auditores Fiscais (Anfip) do Brasil já demonstrou que não há rombo na Previdência, mas um superávit de mais de R\$11 bilhões. Dados da CPI da Previdência, no Senado, apontam que passam dos R\$ 450 bilhões as dívidas de patrões que deixaram de repassar a contribuição de seus funcionários ao INSS.

Assim como o governo Temer, Bolsonaro - Paulo Guedes à frente – alega que a reforma seria necessária para resolver suposto déficit e sanar as contas públicas. Tal reforma só servirá para aumentar os lucros do setor financeiro privado, ávido por administrar os fundos de previdência e abocanhar o dinheiro que deveria servir para amparar aposentados e pensionistas.

A exploração e oneração principal sobre os mais pobres e de menor e média rendas serão impostas pelo aparato estatal coercitivo das elites (a oficialidade das forças armadas, o ministério público, o sistema judiciário, a polícia e a burocracia, ainda que esses disputem entre si os rumos do governo).

A isso se soma a manutenção da rede de mídia oligopolizada economicamente e monopolizada politicamente.

É possível imaginar que a fração financeira hegemônica no bloco aplique duras medidas para grande parte do próprio bloco político que sustenta seu governo, também submissas aos mecanismos ideológicos e coercitivos do Estado reassumidos pelo conservadorismo obscurantista;

É possível imaginar também a construção de uma dinâmica impositiva de pautas ultraconservadoras que possam manter essa base mobilizada e pressionando o “sistema político” denunciado durante a campanha dando consequência ao projeto de poder conservador fundamentalista de interrupção do futuro do que é expressão a **execução de Marielle a mando das milícias do Rio de Janeiro associadas ao poder fundamentalista religioso**, um dos pilares da ascensão do conservadorismo associado ao liberal-rentismo.

A economia seguirá sendo conduzida pela hegemonia do setor financeiro. Prepara etapas ainda mais radicais do programa ultraliberal de ajuste fiscal e de reformas estruturais com o objetivo de diminuir progressivamente o custo do estado e do trabalho para aumentar a acumulação privada da mais valia, proteger o rentismo, complementar a precarização do trabalho, diminuir ou extinguir sistemas protetivos e previdenciários, ampliar o desemprego, quebrar empresas locais por falta de consumidores, levar o Brasil de volta ao modelo agrário exportador de bens primários, num retorno à plutocracia do Brasil colonial.

ASPECTOS DA CONJUNTURA LOCAL

Ainda como deputado federal, Néelson Marchezan Jr. votou o impeachment de Dilma como membro da bancada do PSDB que, aliada ao MDB de Cunha, num pacto golpista com os perdedores de 2002, 2006, 2010 e 2014, pôs em marcha com Temer, na presidência usurpada, a pauta conservadora para a ação reacionária de desmonte das conquistas trabalhistas acumuladas ao longo do século 20.

Compuseram com o DEM de Rodrigo Maia e Ronaldo Caiado, um bloco rentista ultraliberal que recupera protagonismo perdido nos anos 1980. Em movimento vertiginoso, o Congresso aceita mais de uma centena de emendas da pauta da Confederação Nacional da Indústria que desregulam as relações de trabalho, estabelecem a meta da uberização dos contratos. Também votou a favor do congelamento por 20 anos das receitas vinculadas do orçamento da União para Educação, Saúde e Assistência Social.

É neste cenário de mudanças devastadoras das relações trabalhistas impostas pela extrema direita ao Brasil que nos encontramos enquanto parte das categorias de servidores públicos.

Não há espaço para projetos estritamente individuais ou corporativos que se resumam à manutenção de “bom emprego” ou se afirmem ampliando distâncias entre setores, do trabalho, discriminando trabalhadores por serviços ou equipamentos.

Compomos o cenário como parte do alvo principal em que o centro é acabar com o serviço público conformado em quadro concursado permanente e com as políticas públicas executadas diretamente pelo Município.

A apropriação do público pelo privado e redução do custo com o funcionalismo é eixo estruturante do projeto ultraliberal e não estamos dentro de uma “bolha” inatingível.

Fazemos parte das camadas da sociedade que serão as mais prejudicadas do ponto de vista econômico e político.

A drástica extinção do quadro de pessoal permanente do serviço público é central na agenda dos atuais governantes, o sindicato da categoria e a organização popular em conselhos municipais são declarados inimigos pelos artífices do projeto.

Nos tacham de criminosos e nos combatem com o modo egoísta de reproduzir a cidade e a vida mediado pelo lucro.

Nelson Marchezan Jr. foi eleito prefeito em segundo turno com “expressiva minoria de votos”, no cenário imediato do pós-golpe de 31 de agosto de 2016, para “mudar o que aí está”, “contra a velha política”, “pelo fim dos privilégios dos servidores públicos”.

Na prática, Marchezan perfila com os primeiros a adotar a gestão ultraliberal das cidades, subordinando a isso o que houvesse de acordo da aliança PSDB-PP que recebera o apoio do bloco liderado pelo PTB para “encontrar outro caminho, em que as novas ideias tenham um protagonismo maior” em apoio ao vago projeto de realizar ações com base em “... ideias novas, para... recomençar muitas coisas, continuar outras e até parar algumas, quem sabe”, porque “... a vida real de todos os brasileiros está ruim. E aqui em Porto Alegre também”.

Assim liberado de compromissos com a realidade, Marchezan iniciou em janeiro de 2017 gestão para acabar com a prestação direta dos serviços públicos de saneamento, saúde, educação e transporte, ou mesmo extinguir políticas públicas em processamento de dados, meio-ambiente, planejamento, assistência social, cultura, lazer e esporte.

O núcleo econômico-financeiro da gestão Marchezan reafirma cotidianamente o objetivo “...de acabar com privilégios dos recursos humanos” e “contratualizar todo o serviço necessário que seja possível...”

A reestruturação do organograma da PMPA extinguindo secretarias, o congelamento de investimentos, o descompromisso geral com a execução de serviços, PPPs com transferências de serviços para a iniciativa privada materializam aquelas generalidades vazias e mediocridades populistas.

O arrocho salarial, os projetos de lei impondo o desmonte das carreiras, a intransigência e negação de canal de negociação com o sindicato ou com o servidor, no local de trabalho em que proliferam assediadores de toda ordem são a materialização do corte de classe privatista e autoritário do projeto da gestão Marchezan.

Marchezan adota (mesmo sem comprovar na execução orçamentária) a surrada e pegajosa narrativa da falência financeira do município. Propagandeia imaginários déficits anuais embalados pela mídia comprada. Para os objetivos da liquidação, impõe severa precarização e desorganização dos serviços até então existentes para que o único caminho possível seja a privatização, que resulte na apropriação privada do patrimônio e dos recursos públicos, em que, pautados pela ganância e mediados pelo lucro, os serviços contratados a empresas privadas seriam melhores e menos onerosos ao contribuinte.

Desde a eleição, ainda antes da posse em janeiro de 2017, Marchezan propagandeia a tese da falência das finanças da cidade que seria superada dando “fim aos privilégios” da categoria municipal, que teria ganhos progressivos automáticos e regimes e gratificações por jornada diferenciada a maior incorporadas ao básico das carreiras, sem referir que esse básico seria irrisório para vínculo em tempo integral com dedicação exclusiva.

Assim atacando o quadro de pessoal, o prefeito faz média com um senso comum produzido historicamente de que a despesa com o funcionalismo seria demasiada ou mesmo desnecessária.

O último prefeito a lidar com atraso no pagamento do funcionalismo fora Loureiro da Silva, em 1961, que chegou ao fim do mandato com o caixa equilibrado. Decorridos 55 anos, os 15 prefeitos que o sucederam pagaram a categoria em dia, segundo determina a Lei Orgânica do Município: no último dia útil de cada mês.

Já no início do terceiro ano do mandato, o retrocesso produzido pela gestão Marchezan aparece numa cidade de ruas e calçadas esburacadas e mal iluminadas, trânsito caótico, praças e parques malcuidados, escolas funcionando precariamente por falta de professores, grande número de obras paralisadas...

A obra mais significativa de Marchezan é o pagamento parcelado dos vencimentos mensais desde julho de 2017 e dos 13º salários de 2017 e 2018, a não reposição das perdas inflacionárias dos vencimentos dos municipais.

Considerada a inflação de 9,95% de maio de 2016 a dezembro de 2017, a perda da categoria municipal ultrapassa os 13%, somado o aumento desnecessário imposto à contribuição previdenciária de 11% para 14%, à revelia e contrário ao parecer do Conselho de Administração do Previmpa.

A recusa do prefeito em negociar com os servidores municipais sequer a reposição salarial, além da flagrante ilegalidade, cumpre o objetivo ultraliberal de desgastar o Sindicato como a representação legítima da categoria municipal.

A prefeitura poderia gerar empregos diretos e atender a população com excelência, mas mantém mais de 25% dos cargos do quadro permanente vagos, aumenta filas do SUS, reduz a oferta de vagas nas escolas, precariza e deprecia os serviços em geral.

Marchezan pinta um cenário caótico, alega ter recebido uma prefeitura falida.

Para justificar a privatização e o arrocho de salários. Anunciou um déficit de R\$ 708 milhões para 2018, desmentido pelo resultado do balanço do ano passado que foi superavitário em R\$ 366 milhões.

Apesar das evidências superavitária, a Câmara de Vereadores aprovou o projeto de lei do Orçamento de 2019 com estimativa de déficit de R\$ 918 milhões.

A criação do cenário caótica é sustentada na mídia que dá foro de verdade à propaganda ineficiência e desnecessidade dos serviços e incapacidade dos servidores do quadro permanente.

Esse foi o objetivo do Projeto de Lei Complementar – PLCE 002/2019 aprovado na Câmara Municipal pela nova base aliada de Marchezan sustentado na balela de que a Prefeitura economizará R\$ 16 milhões em 2019, enquanto apenas de juros já pagou cerca de R\$18 milhões a bancos com o desnecessário parcelamento do 13º salário e orçou R\$ 39 milhões para publicidade em 2019.

É uma opção política de Marchezan, a mesma já anunciada por Paulo Guedes, ministro da Economia de Bolsonaro, precarizar as condições de trabalho para acabar com a prestação direta de serviços públicos.

Para isso o prefeito reconquistou maioria na Câmara, por isso o MDB se bandeou para a base governista.

A derrota sofrida pela categoria foi dura, novas e difíceis batalhas se anunciam. As variáveis que estão operando na tomada de decisão dos vereadores da base do governo Marchezan são na maioria pragmáticas, sustentadas no toma lá dá cá que vai ser verificado no bloco que venha a se conformar para a disputa eleitoral de 2020.

Mesmo com possíveis fraturas, a aliança hegemônica pelo projeto ultraliberal segue em um único objetivo: a destruição do quadro permanente de servidores públicos, precarização da prestação direta dos serviços com vistas à terceirização e privatização e venda do patrimônio da cidade.

As carreiras várias do serviço público foram sendo instituídas ao longo do século passado com a adoção de políticas exigidas socialmente para a oferta e manutenção de serviços em educação, saúde, saneamento, arruamento, pavimentação, iluminação pública, coleta e disposição final de resíduos, varrição, capina, cuidados com a vegetação nativa ou em parques e jardins, assistência social aos desvalidos, esporte, lazer e recreação. Conquistadas em acordos da cidadania que institui o poder público municipal para o desenvolvimento social equilibrado da urbanização, financiadas pela renda produzida pela sociedade.

Que seja estatal e público o que seja exigido socialmente, um modo solidário de produzir a cidade e a vida social.

Resistir a destruição de nossa carreira é resistir ao fascismo.

Nossa bandeira de luta deverá continuar sendo defender a cidade, o serviço público e o servidor.

#lulalivre

#mariellepresente

CONSTRUÇÃO MUNICIPAL

Abril 2019